

STJ00107767

JUAREZ FREITAS

SUSTENTABILIDADE
DIREITO AO FUTURO

4ª edição

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2011 Editora Fórum Ltda.
 2012 2ª edição
 2016 3ª edição
 2019 4ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Museetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Estes foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F866s Freitas, Juarez
 Sustentabilidade: direito ao futuro / Juarez Freitas. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
 416p.; 14,5cm x 21,5cm
 ISBN: 978-85-450-0589-6
 1. Direito Administrativo. 2. Direito Ambiental. 3. Direito Constitucional. I. Título.
 CDD: 341.347
 CDU: 34:504

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 416p. ISBN 978-85-450-0589-6.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
SUSTENTABILIDADE: CONCEITO	25
1.1 A espécie humana corre real perigo	25
1.2 Brasil do baixo carbono aparece no radar	29
1.3 Desenvolvimento sustentável: paradigma axiológico	34
1.4 Transformações indispensáveis: exemplos iniciais	38
1.5 Sustentabilidade não é princípio abstrato: vincula plenamente	43
1.6 Conceito de sustentabilidade	45
1.7 Se o homem insistir em destruir o planeta, antes a espécie humana será extinta	48
1.8 <i>Relatório Brundtland</i> foi e é importante, mas cumpre dar novos passos	51
1.9 O conceito de sustentabilidade deve incluir a multidimensionalidade do bem-estar	53
CAPÍTULO 2	
O QUE SE ENTENDE POR NATUREZA MULTIDIMENSIONAL DA SUSTENTABILIDADE	61
2.1 A sustentabilidade é pluridimensional	61
2.2 Dimensões da sustentabilidade (social, ética, jurídico- política, econômica e ambiental)	64
2.2.1 Dimensão social da sustentabilidade	65
2.2.2 Dimensão ética da sustentabilidade	68
2.2.3 Dimensão ambiental da sustentabilidade	72
2.2.4 Dimensão econômica da sustentabilidade	74

2.2.5	Dimensão jurídico-política da sustentabilidade	76
2.3	Dimensões entrelaçadas	82
2.4	Sustentabilidade é princípio-síntese que determina a proteção do direito ao futuro.....	84

CAPÍTULO 3

CHOQUE DE PARADIGMAS: O NOVO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE <i>VERSUS</i> O PARADIGMA DA INSACIABILIDADE PATOLÓGICA.....			87
3.1	Escolha inevitável.....	87	
3.2	Contraste dos paradigmas.....	88	
3.3	Em resumo.....	95	

CAPÍTULO 4

NOVA AGENDA DA SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL			99
4.1	Principais tópicos.....	99	
4.2	Bloco indissociável	115	
4.3	Desenvolvimento e sustentabilidade: constituição mútua....	117	

CAPÍTULO 5

SUSTENTABILIDADE COMO VALOR CONSTITUCIONAL.....			121
5.1	O desenvolvimento sustentável, não qualquer desenvolvimento, é valor supremo.....	121	
5.2	A sustentabilidade é valor supremo, no discurso constitucional	123	
5.3	O desenvolvimento reconceituado	126	
5.4	O mercado, por si, não dá conta das legítimas aspirações imateriais.....	127	
5.5	Sustentabilidade é diretriz vinculante.....	129	
5.6	Escolha valorativa de assento constitucional	133	
5.7	Sustentabilidade inclusiva.....	139	
5.8	Tudo recomenda ultrapassar reducionismos	141	
5.9	Sustentabilidade veda omissões e ações danosas	141	

5.10	A Constituição determina estratégias antecipatórias.....	144
5.11	Em resumo.....	145

CAPÍTULO 6

SUSTENTABILIDADE: COMO VENCER AS FALÁCIAS E AS		
ARMADILHAS ARGUMENTATIVAS.....		147
6.1	Sustentabilidade exige lucidez, no processo de tomada da decisão.....	147
6.2	Noções subjacentes.....	149
6.3	Conceito de falácias.....	150
6.4	Principais falácias adversárias da sustentabilidade	151
6.4.1	Falácia "genética"	151
6.4.2	Falácia <i>ad populum</i>	153
6.4.3	Falácia <i>ad misericordiam</i>	154
6.4.4	Falácia da divisão	155
6.4.5	Falácia da falsa causa	155
6.4.6	Falácia do acidente	156
6.4.7	Falácia do consenso.....	156
6.4.8	Falácia da desqualificação pessoal.....	158
6.4.9	Falácia da ameaça.....	158
6.4.10	Falácias da autoridade e <i>ad ignorantiam</i>	159
6.4.11	Falácia da petição de princípio.....	160
6.4.12	Falácias das muitas questões	162
6.4.13	Falácia do uso malicioso de palavra ambígua.....	162
6.4.14	Falácia da sequência irresistível	163
6.4.15	Falácia das mãos contaminadas	164
6.5	Armadilhas argumentativas e psicológicas.....	164
6.5.1	Armadilha da ancoragem.....	165
6.5.2	Armadilha da excessiva confiança	166
6.5.3	Armadilha do apego ao <i>status quo</i>	167
6.5.4	Armadilha da proteção das decisões anteriores	170
6.5.5	Armadilha da confirmação das evidências.....	171
6.5.6	Armadilha do enquadramento.....	173

6.5.7	Armadilha da evocação distorcida	174
6.5.8	Armadilha da cautela excessiva	175
6.5.9	Armadilha da percepção de padrões inexistentes.....	175
6.6	Mudanças mentais a favor da sustentabilidade.....	177
6.7	Conceito de decisões insustentáveis.....	179
6.8	Em resumo.....	183

CAPÍTULO 7

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO QUE IMPORTA		185
7.1	Prioritária educação para a sustentabilidade	185
7.2	Quatro premissas para uma educação exitosa	187
7.3	Pré-compreensões terão de ser trocadas	190
7.4	Em resumo.....	195

CAPÍTULO 8

SUSTENTABILIDADE E A INDISPENSÁVEL SUPERAÇÃO DOS VÍCIOS POLÍTICOS.....		197
8.1	Questão-chave.....	197
8.2	Quatro principais vícios da política insustentável	203
8.2.1	Primeiro vício – <i>Patrimonialismo</i>	203
8.2.2	Segundo vício – <i>Tráfico de influências</i>	206
8.2.3	Terceiro vício – <i>Omissivismo</i>	208
8.2.4	Quarto vício – <i>Mercenarismo</i>	210
8.3	A política da sustentabilidade	212

CAPÍTULO 9

SUSTENTABILIDADE E O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		219
9.1	Mudança de paradigma do Direito Administrativo	219
9.2	Da sustentabilidade nas relações administrativas	222
9.3	Transições rumo à sustentabilidade	231
9.3.1	Racionalidade imparcial, eficiente e eficaz	231
9.3.2	Fundamentação e devida processualização das decisões.....	232

9.3.3	Sindicabilidade aprofundada das condutas do agente estatal.....	233
9.3.4	Resolução administrativa dos conflitos.....	233
9.3.5	Fim do burocratismo paralisante	234
9.3.6	Prevenção e precaução, em lugar da gestão que chega tarde	235
9.3.7	Defesa da constitucionalidade de ofício e da regulação do Estado Sustentável.....	236
9.4	Principais mudanças na hermenêutica das relações de administração.....	237
9.5	Sustentabilidade e regulação	243
9.5.1	Regulação: necessidade de novo modelo.....	243
9.5.2	Conceito de regulação estatal	244
9.5.3	O agente regulador.....	246
9.5.4	Características da regulação sustentável.....	249
9.6	Licitações e contratações sustentáveis: obrigatoriedade de ponderação dos custos e benefícios, diretos e indiretos	259
9.6.1	Incorporação cogente de critérios paramétricos de sustentabilidade para aferir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.....	259
9.6.2	Sustentabilidade e contratação administrativa	262
9.6.3	A proposta mais vantajosa é aquela que se encontra alinhada com as políticas públicas sustentáveis	274
9.6.4	Conceito de licitações sustentáveis	283
9.7	Rumo ao Estado Sustentável.....	285

CAPÍTULO 10

SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE DO ESTADO E NOVA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA		293
10.1	Características do Estado Sustentável	293
10.2	Releitura da responsabilidade	299
10.2.1	Responsabilidade preventiva.....	300
10.2.2	Responsabilidade e proporcionalidade.....	301
10.2.3	Conceito de responsabilidade do Estado: o nexa causal	305
10.2.3.1	Excludentes do nexa causal	306

10.2.3.2	Responsabilidade por ação e omissão	307
10.2.4	Omissão desproporcional.....	309
10.2.5	Configuração da omissão: três questões	313
10.3	Reservas à reserva do possível.....	314
10.4	Princípios da prevenção e precaução	315
10.4.1	Princípio da prevenção	316
10.4.2	Princípio da precaução	317
10.4.3	Aplicabilidade dos princípios da prevenção e precaução	317
10.5	Interpretação jurídica à luz do princípio da sustentabilidade.....	322
10.6	Máximas de concretização da sustentabilidade.....	327
CONCLUSÕES.....		337
REFERÊNCIAS.....		347